

		<b>Alfa Rodobus S.A. Transportes, Administração e Participação</b> CNPJ nº 97.528.044/0001-20		<b>Relatório da Administração</b> São Paulo, 17 de abril de 2023		<b>A Administração</b>	
Em atendimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Alfa Rodobus S.A. Transportes, Administração e Participação apresenta as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício encerrado em 31/12/2022, permanecendo a disposição dos acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.							
<b>Demonstrações Contábeis - Exercício social findo em 31/12/2022 - Em reais</b>				<b>Demonstrações de resultados</b>			
Ativo	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	2022	2021		
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.406.372	2.636.676		1.028.760	1.740.298	<b>Receita bruta</b>
Contas a receber	7	1.643.993	5.632.893	16	6.456.485	4.351.962	De serviços
Adiantamentos		972.429	17.663	17	812.107	667.632	<b>(C) Deduções da receita bruta</b>
Impostos a compensar	8	424.461	29.895	18	12.667.687	12.889.298	Impostos sobre o faturamento
Estoque	9	829.540	715.178	19	239.773	255.062	<b>Receita líquida</b>
Tratados diferidos	10	577.332	232.962		628.661		(C) Custo de serviços prestados
Partes relacionadas	11	5.512.686	5.862.708		297.615	323.853	<b>Lucro bruto</b>
Otros ativos		187.187			<b>22.131.068</b>	<b>20.828.095</b>	
		<b>14.554.000</b>	<b>16.037.746</b>				<b>Receitas (despesas) operacionais</b>
<b>Não circulante</b>			<b>Não circulante</b>				
Carta de crédito	12	2.053.899	1.490.329	18	14.264.813	12.827.883	Com pessoal
Bloqueio judicial		51.600	57.425	19	1.451.969	1.879.715	Administrativas
Depósito judicial		197.740	166.770		<b>15.716.782</b>	<b>14.707.598</b>	Serviços de terceiros
Otros valores a receber	13	3.186.040	-				Taxas
Investimentos	14	771.895	278.237				Otros receitas
Imobilizado	15	26.779.818	26.762.235	21	7.477.925	7.079.670	Otros despesas
		<b>33.040.952</b>	<b>28.752.996</b>		2.787.785		
					174.434	174.434	<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>
					945	2.000.945	Recetas financeiras
					(693.967)	96	Despesas financeiras
					<b>9.747.102</b>	<b>9.255.044</b>	<b>Prejuízo antes dos impostos</b>
					<b>47.594.952</b>	<b>47.790.742</b>	Imposto de renda e contribuição social - diferido 22
							Imposto de renda e contribuição social - corrente 22
<b>Total do ativo</b>		<b>47.594.952</b>	<b>47.790.742</b>		<b>47.594.952</b>	<b>47.790.742</b>	
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.							

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido						Prejuízo líquido do exercício	
Capital social	Reservas de lucros	Prejuízos					
Capital subscrito a integralizar	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros acumulados	Total			
8.000.000 (920.330)	-	174.434	3.178.172 (1.177.227)	10.432.272 (2.052.80)			
Saldos em 31 de dezembro de 2020					Prejuízo líquido do exercício (693.987) (1.177.227)		
Prejuízo líquido do exercício					Ações do capital integralizado, na data do balanço 7.477.925 7.078.670		
Saldos em 31 de dezembro de 2021					Prejuízo líquido por ação (em R\$) (0,05280)		
8.000.000 (920.330)	-	174.434	2.000.945	2.955.049	As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.		
(920.330)	920.330	-	-	-	Demonstrações de resultados abrangentes		
398.295	-	-	-	398.295	Prejuízo líquido do exercício (693.987) (1.177.227)		
-	2.787.785	-	-	2.787.785	Outros resultados abrangentes		
-	-	-	(2.000.000)	(2.000.000)	Total do resultado abrangente do exercício (693.987) (1.177.227)		
-	-	-	(693.987)	(693.987)	As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.477.925	2.787.785	174.434	(693.987)	9.747.162	Demonstrações dos fluxos de caixa	
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.							

[illegible]

transporte coletivo de passageiros, na cidade de São Paulo, lote D13 e D14, do Município de São Paulo, em conformidade com o Edital nº 001/2007, publicado no Diário Oficial do Município de São Paulo em 02/02/2007 e alterações. Lei Municipal nº 13.276, de 7 de janeiro de 2002 e alterações. Lei Municipal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 e alterações. Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e demais normas aplicáveis, com a Preterição do Município de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, no âmbito do Contrato nº 001/2007, e do Contrato nº 64/2019 SMT/G- Lote Operacional D13 em caráter emergencial, a título precário de delegação da prestação de serviços essenciais de transporte coletivo urbano de passageiros, assinada em 28 de julho de 2019 entre a Prefeitura Municipal de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, e o Município de São Paulo, por intermédio da Companhia de Transportes Metropolitanos de São Paulo (CTMSP), com o prazo de vigência de 05 (cinco) anos, a contar da data de assinatura do contrato alterado; o prazo de concessão do transporte público coletivo de 20 para 15 anos; para fins de remuneração, a referência do patrocínio público passou a ser considerada a posição do cadastro da frota de veículos de transporte coletivo de São Paulo, atualizado anualmente, no momento da licitação do contrato por redução e da remuneração, a Taxa Interna de Retorno (TIR) do referido contrato foi reduzida de 9,85% ao ano para 9,10% ao ano. O objeto do contrato é a delegação, por concessão, da prestação e exploração do Serviço de Transporte Público Coletivo de Passageiros, sob a forma de concessão, nos termos do artigo 2º do Decreto Municipal nº 58.200, de 5 de abril de 2018, alterado pelo Decreto Municipal nº 58.541, de 30 de novembro de 2018, no Lote D13, da Prefeitura Municipal de Distribuição, com a finalidade de atender as necessidades atuais e futuras de deslocamento da população, envolvendo: a) operação da frota de veículos de transporte coletivo de passageiros, incluindo a aquisição, manutenção, atualização, terminais de integração e estações de transferência e dos postos de atendimento ao usuário do Bilhete Único; c) administração, manutenção e conservação dos terminais de integração e estações de transferência; d) operações dos terminais de integração e estações de transferência; e) operações dos postos de atendimento aplicados ao monitoramento da frota, incluindo aquisições, instalação, operação e manutenção de toda a infraestrutura tecnológica necessárias (hardware e software) para processamento, armazenamento, comunicação, disponibilização de todos os dados necessários ao planejamento, controle, gerenciamento e fiscalização de desempenho de cada empresa contratada, com base em indicadores de desempenho de planejamento, monitoramento, fiscalização e aplicação de indicadores que compõem os índices de qualidade e desempenho da frota vinculada ao contrato, com o prazo de vigência de 05 (cinco) anos, com base no Edital nº 001/2007 e alterações.

das normas CPC 231AS 8 - Definição de estimativa contábil. Em fevereiro o IASB emitiu alterações ao IAS 8 *Accounting Policies, Changes in and Error Corrections* (CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Correções de Erros) de modo a introduzir uma nova definição de estimativa contábil. Essa alteração busca esclarecer a distinção entre os conceitos "mudança nas estimativas contábeis" e "mudança nas políticas contábeis e correções de erros". Além disso esclarecem como as entidades usam técnicas matemáticas e dados para desenvolver estimativas contábeis. Essas alterações revêem a Realização de uma política contábil e introduzem uma nova perspectiva, a qual não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis.

Alterações na IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de Políticas Contábeis. Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 *Making Materiality Judgments* (documento de natureza educativa) para esclarecer o conceito de materialidade e como as entidades devem pensar e exemplos para auxiliar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de política contábil. Essas alterações visam auxiliar as entidades a fornecer divulgações de política contábil que são mais úteis, substituindo exigência de que as entidades divulguem suas políticas contábeis "significativamente relevantes". Além disso, as alterações esclarecem o conceito de materialidade e orientações sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade na tomada de decisões sobre divulgações de políticas contábeis. Essas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/1/2023. A correção de erros não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis.

**5. Caixa e equivalentes em caixa**

Caixa e bancos	579.898	190.955
Aplicações financeiras	826.473	2.435.711
<b>Total</b>	<b>1.406.372</b>	<b>2.626.671</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente convertíveis em dinheiro e com o mínimo de risco de crédito e de flutuação de taxa de juros. O risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, a aplicações em CDB, remunerados a taxa entre 65% a 93% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **7. Contas a receber:** Os saldos de operações em 31 de dezembro de 2022, decorrem da prestação de serviços e da venda de produtos e serviços, sob a administração da Prefeitura Municipal de São Paulo pelo da Secretária Municipal de Transportes.

Impostos a recuperar	(394.566)	138.35
Estoque	(114.362)	(146.277)
Tributos diferidos	(344.336)	(232.996)
Provisões	722.485	(722.483)
Carta de crédito	(595.530)	(458.156)
Bloqueio judicial	5.825	-
Depósito judicial	(32.970)	127.44
Outros valores a receber	(3.186.040)	-
Fornecedores	(711.538)	(620.396)
Obrigações trabalhistas	1.504.513	436.13
Obrigações fiscais	144.475	70.67
Adiantamento de terceiros	-	(670.007)
Acordos a pagar	628.661	-
Parcelamentos de impostos	(443.035)	(55.021)
Outros créditos a pagar	(26.239)	(166.278)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>5.244.553</b>	<b>3.026.96</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Investimentos em terminais	(493.658)	(109.997)
Aquisição de imobilizado	(10.238.740)	(16.254.857)
Caixa com vendas de imobilizado	1.506.000	1.606.10
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(9.226.393)</b>	<b>(14.788.753)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>		
Captação de empréstimos e financiamentos	12.893.457	18.815.54
Liquidação de empréstimos e financiamentos	(11.638.138)	(9.733.310)
Distribuição de lucro	(2.000.000)	-
Emissão e subscricao de ações	3.186.040	-
Partes relacionadas	350.082	527.94
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</b>	<b>2.751.441</b>	<b>9.610.170</b>
<b>Redução, líquido, do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1.230.304)</b>	<b>(2.151.611)</b>
No início do exercício	2.636.676	4.788.28

Descrição	2020	2021	2020	2021
			R\$	R\$
<b>8. Impostos a recuperar</b>				
<b>Receita, líquido, da caixa e equivalentes de caixa</b>			<b>(1.406.374)</b>	<b>(2.636.676)</b>
			<b>(1.230.304)</b>	<b>(2.151.611)</b>
IRRF sobre aplicação financeira	29.895	29.895		
IRPJ a compensar	236.151			
CPL a compensar	112.939			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

pelos Comitês de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e ratificados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). 3. **Base de preparação das demonstrações contábeis:** As informações contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis obedeceram às normas contábeis brasileiras, com exceção das demonstrações não exercidas apresentados, salvo disposição em contrário. (a) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico da Companhia, o Real (R\$), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia. (b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, com prazo máximo de 90 dias, que não estão sujeitos a risco significativo de alteração de valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo. (c) **Contas a receber de clientes:** O contas

	2022	2021
<b>9. Estoques:</b> O saldo do estoque é composto de peças, componentes e acessórios para manutenção da frota operacional.	424.461	29.899
<b>10. Tributos diferidos - Ativo</b>		
<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
IRPJ diferido	171.320	171.320
CSL diferido	424.823	617.676
	596.143	788.996

O saldo do IRPJ e CSL diferidos são compostos por prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, sendo que a compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis. As premissas para constituição desses créditos decorrem das análises e históricos de lucros fiscais e as expectativas de lucros fiscais nos próximos exercícios, fundamentados por estudos de natureza econômica que comprovam a obtenção de lucros tributáveis futuros.

<b>17. Obrigações fiscais</b>			
<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	
IRRF - Desoneração	561.871	543.855	
INSS - Recolher	243.497	117.233	
Outras	6.737	6.533	
	<b>812.107</b>	<b>667.621</b>	
<b>18. Empréstimos e financiamentos</b>			
<b>Modalidade</b>	<b>Taxa</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Capital de giro	0,70% a 1,69% a.m.	3.420.584	3.247.098
Financiamento	0,74% a 1,15% a.m.	23.511.916	22.470.098
		<b>26.932.500</b>	<b>25.717.196</b>
Circulante		12.667.587	12.889.239
Não circulante		14.264.813	12.827.887
<b>Movimentação de empréstimos e financiamentos</b>			
	<b>Provisão</b>	<b>Pagamento</b>	

receder é composto por valores menores de serviços prestados pelo transporte público de passageiros. (d) <b>Estôques:</b> o estoque é avaliado pelo valor do custo médio, acrescido de sobra ou reduzido pela provisão para perdas, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação. (e) <b>Imobilizações:</b>						
<b>11. Partes relacionadas</b>						
<b>Demonstração</b>						
	<b>2022</b>	<b>2021</b>				
<b>Modalidade</b>	<b>2021</b>	<b>Captação de juros</b>	<b>Principal</b>	<b>Juros</b>	<b>2022</b>	
Capital de giro	3.247.096	6.693.665	182.833	(3.520.197)	(182.833)	3.420.584
Financiamento	22.470.085	8.159.572	2.867.694	(8.117.941)	(2.867.694)	22.511.916
	<b>25.717.181</b>	<b>14.853.237</b>	<b>3.050.527</b>	<b>(11.638.138)</b>	<b>(3.050.527)</b>	<b>26.932.500</b>

[illegible]

**12. Carta de crédito:** Refere-se às cotas de consórcios para futura aquisição de veículos.

**13. Cotas valores a receber:** Refere-se aos valores a receber pelo subscritor e prêmio na emissão de ações.

**14. Investimentos:** Refere-se ao valor investido em Participação, em conformidade com a Instrução CVM nº 578, de 30 agosto de 2016 da Comissão de Valores Mobiliários, e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. Esse fundo deve figurar como sócio da entidade controladora, responsável pela gestão operacional das atividades relacionadas a) à operação das bilheterias dos terminais de integração e estações de transferência e dos postos de atendimento ao usuário do Bilete Único; b) administração, manutenção e conservação dos terminais de integração e estações de transferência; c) operação dos terminais de integração e estações de transferência; d) operação dos terminais de integração e estações de transferência de frota. Em conformidade com as cláusulas 1.1.2, 1.1.3, 1.1.4 e 1.1.5, o referido contrato.

	2022	2023
<b>19. Parcelamentos de impostos</b>		
<b>Curto prazo</b>		
Programa Especial de Regularização - Federal (a)	79.780	61.998
Programa Especial de Regularização - Previdenciário (b)	158.993	193.006
	<u>238.773</u>	<u>255.004</u>
<b>Longo prazo</b>		
Programa Especial de Regularização - Federal (a)	476.681	567.819
Programa Especial de Regularização - Previdenciário (b)	973.212	1.056.819
	<u>1.451.993</u>	<u>1.624.638</u>
a) Em 13 de novembro de 2017, a Companhia aderiu ao programa de Parcelamento Especial de Regularização Tributária para Dêbitos Federais - PRT, dos débitos federais do período de novembro de 2014 a dezembro de 2015, em 10 parcelas, com prazo de pagamento de 13 meses, com o valor de R\$ 1.451.993,00.		
b) Em 13 de novembro de 2017, a Companhia aderiu ao programa de Parcelamento Especial de Regularização Tributária para Dêbitos Previdenciários - PRT, do período de dezembro de 2014 a junho de 2016, em 145 parcelas, de R\$ 1.056.819,00.		

2022		2021	
Taxa de depreciação		Depreciação	
Veículos	2022	2021	2021
Veículos	2022	2021	2021
Equipamentos de informática	2022	2021	2021
Maquinas e equipamentos	2022	2021	2021
Equipamentos embarcados	2022	2021	2021
Ferramentas	2022	2021	2021
Instalações	2022	2021	2021
Benefitória em imóvel de terceiros	2022	2021	2021
Movimentação do custo		Baixas	
Veículos	2022	2022	2022
Equipamentos de informática	2022	2022	2022
Equipamentos embarcados	2022	2022	2022
Ferramentas	2022	2022	2022
Móveis e utensílios	2022	2022	2022
Instalações	2022	2022	2022
Benefitória em imóvel de terceiros	2022	2022	2022

**contas dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são:**

**a. Redução do valor recuperável de ativos:** Os ativos não circulantes são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que houver uma alteração substancial nas circunstâncias que possam afetar o valor recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo balanço e o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, ou seja, quando os valores contábeis excedem o valor recuperável. No fim da análise de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

**b. Provisões para riscos potenciais tributários, civis e trabalhistas:** A Companhia adota os conceitos estabelecidos nos Normativos do Procuramento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, com as providências e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. A Companhia para na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para possíveis contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados potenciais e não quantificáveis em termos monetários.

**c. Adotadas:** As normas, alterações e interpretações de normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar as seguintes alterações quando entrarem em vigor:

• Alterações ao IAS 1: Classificação das Demonstrações Contábeis

• Alterações nos parâmetros em 976 do IAS 1 - Presentation of Financial Statement

• Alterações ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As alterações foram aplicadas aos requisitos para classificar o passivo como circulant

Movimentação da depreciação				
Descrição	1984/1985	1985/1986	1986/1987	1987/1988
Veículos	(41.111.519)	(9.821.043)	3.622.000	(47.310.562)
Equipamentos de informática	(62.383)	(59.928)	-	(122.311)
Máquinas e equipamentos	(93.284)	(29.257)	-	(122.541)
Equipamentos eletrônicos	(727.629)	(221.227)	-	(948.856)
Ferramentas	(18.712)	(16.633)	-	(35.345)
Móveis e utensílios	(59.642)	(4.498)	-	(64.140)
Instalações	(990)	(220)	-	(1.210)
Benefitória em imóvel de terceiros	(11.593)	(68.351)	-	(79.944)
	(42.085.752)	(10.221.157)	3.622.000	(48.684.909)

Índice contábil	Fórmula	Memória de cálculo	Índice calculado
Liquidez Corrente	Ativo circulante Passivo circulante	12.551.008 24.534.068	0,6576
Liquidez Geral	(Ativo circulante + Realizável a longo prazo) (Passivo circulante + Exigível a longo prazo)	(14.554.000 + 5.489.239) (22.131.068 + 15.716.782)	0,5296
Liquidez Seca	(Ativo circulante - Estoque)	(14.554.000 - 829.540)	0,6201

	2022	2021		
contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.			Passivo circulante	22.131.068
5. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas:			Ativo total	47.594.952
As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não adotadas afetam a data de emissão das demonstrações contábeis.	267.742	905.381	Quociente	
Companhia, estão abrange apresentadas. A Companhia pretende adotá-las se possível quando entrarem em vigor. * Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. Em janeiro de 2020, o IASB mudou as alterações nos parâmetros 69 e 73 do IAS Presentation of Financial Statements (formal especificar ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis), de forma a correlacionar os requisitos para classificar o passivo como circula-	27.727	381.381	de Solvência	(47.594.952 - 9.747.102)
	817.105	348.850	(Passivo total- Patrimônio líquido+)	1,2576
			(Passivo circulante+ Endividamento)	
			Exigível a longo prazo)	(22.131.068 + 15.716.728)
	3.661.536	2.982.030	Total	47.594.952
			Ativo total	
	83.489	88.381		
	6.456.465	4.951.952		

Willyams da Silva Bezerra - Diretor Presidente  
Ewerton Aparício Magalhães Carneiro - Controlador - CRC 1SP-26825/O-0

[illegible]

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis**

Consideramos que um princípio assinal de auditoria deveria a relevância dos valores e das circunstâncias envolvidas. **Como nessa auditoria o demonstrativo está assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros: -) obtenção do entendimento sobre as liberações de recursos, o cálculo de atualizações, o cronograma de pagamentos e demais cláusulas contratuais; e -) recálculo dos juros baseados nas cláusulas contratuais e nos dados disponíveis. **Como nessa auditoria o demonstrativo não está assunto:** a) a acurácia dos registros, considerando que as atualizações dos empréstimos e financiamentos e as divulgações realizadas estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes. **Recupera de se os fatos:** o faturamento da Companhia é decorrente da quantidade de passagens vendidas, portanto, não há como ocorrer uma alteração de valores sem a correspondência dos valores envolvidos. **Como nessa auditoria o demonstrativo de remuneração dos concessionários disponibilizados pelo ente contratante.** Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que as atualizações dos financiamentos e as divulgações realizadas estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** a administração é responsável pela elaboração e adequação da apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para assegurar que os dados utilizados não estejam sujeitos a distorções significativas independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que o demonstrativo pretenda liquidar a Companhia. **Como nessa auditoria o demonstrativo de remuneração dos concessionários disponibilizados pelo ente contratante.** **Responsabilidades do auditor pelas demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossas conclusões sobre os aspectos em que houve falta de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes no demonstrativo.

[illegible]

**Ativos Agroindustrial S.A.**  
Em Recuperação Judicial

CNPJ nº 08.636.745/0001-53 - NIRE 35.300.350.391

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária** realizada em 18 de abril de 2023

**Data, Hora e Local:** 18 de abril de 2023, às 16 horas, de forma virtual, em meio de sistema eletrônico de participação remota - Plataforma Teams, aplicativo que permite a correta identificação dos participantes, conforme organizado pela Ativos Agroindustrial S.A. - Em Recuperação Judicial ("**Companhia**"). **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S/A"), face à presença dos acionistas representando a totalidade da capital social, conforme assinatura aposta no Livro de Presença, a consistência **Mesa:** Gabriel Pedrosa Franco - Presidente; Fabiana Utrabo Rodrigues - Secretária. **Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 3.665.598.144,14 (três bilhões, seiscentos e sessenta e cinco milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, cento e quarenta e quatro reais e quatro centavos), com a emissão de 3.000.000 (três milhões e sessenta e seis mil, cento e quarenta e quatro) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; (ii) a redução do capital social da Companhia, no valor de R\$ 2.345.674.553,28 (dois bilhões, trezentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e três reais e vinte e oito centavos), e, por consequente, a alteração do artigo 4º do estatuto social da Companhia, com a emissão de 3.000.000 (três milhões e sessenta e seis mil, cento e quarenta e quatro) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; (iii) a autorização para que a administração da Companhia realize todos os atos necessários à implementação de todas as deliberações. **Leitura de Documentos e Lavratura de Ata:** (i) dispensada a leitura dos documentos relacionados à Ordem do Dia desta Assembleia Geral Extraordinária, uma vez que referidos documentos são do inteiro conhecimento dos acionistas; e (ii) autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação com a omissão das assinaturas da validade dos acionistas, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do Artigo 130 da Lei das S/A. **Deliberações Tomadas por Unanidade:** Colocadas as matérias da ordem do dia em discussão e posterior votação, foram aprovadas, por unanimidade, sem quaisquer ressalvas ou restrições, em cumprimento às determinações do Plano de Recuperação Judicial da Companhia e das demais sociedades do Grupo ATAS ("Plano de Recuperação Judicial"), as seguintes deliberações: (i) Consolidado em bens e moeda corrente nacional, o aumento do capital social da Companhia, dos atuais R\$ 4.700.115.877,82 (quatro bilhões, setecentos milhões, cento e quinze mil, oitocentos e setenta e sete reais e oitenta e oito centavos) para R\$ 3.665.598.144,14 (três bilhões, trezentos e sessenta e cinco milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, cento e quarenta e quatro reais e quatro centavos), representando um aumento efetivo no valor do capital social de R\$ 1.034.577.733,68 (um bilhão, quarenta e sete milhões, setecentos e trinta e quatro mil, novecentos e quarenta e quatro reais e quatro centavos), com a consequente emissão de 3.000.000 (três milhões e sessenta e seis mil, cento e quarenta e quatro) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; (ii) a redução do capital social da Companhia, no valor de R\$ 2.345.674.553,28 (dois bilhões, trezentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e três reais e vinte e oito centavos), com a consequente emissão de 3.000.000 (três milhões e sessenta e seis mil, cento e quarenta e quatro) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; (iii) a autorização para que a administração da Companhia realize todos os atos necessários à implementação de todas as deliberações. **Integridades da seguinte forma:** (a) mediante consentimento dos atuais acionistas da Companhia, que expressamente renunciaram ao exercício do seu direito de preferência de subscrição das novas ações resultantes do aumento de capital ora aprovado, a CNDO S/A ("CNDO"), ora ingressante na Companhia, subscritora de 1.166.666,67 (um milhão, cento e sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e seiscentos e sessenta e seis centavos) das novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 0,000001 (um centésimo de milésimo de real) cada uma, as quais integraliza mediante conferência, ao

R\$ 163.840,44 (onze milhões, oitocentos e sessenta e três mil, oitocentos e quarenta reais e quarenta e sete centavos), para serem distribuídos entre os acionistas da Companhia, de acordo com o disposto no artigo 197 da Lei nº 6.404/1976, e b) mediante consentimento dos atuais acionistas da Companhia, que expressamente renunciaram ao exercício do seu direito de preferência de subscrição das novas ações resultantes do aumento de capital ora aprovado, a Novonor Energia Participações S.A. - Em Recuperação Judicial ("NEP"), ora ingressante na Companhia, subscreva 361.682.366 400 (trezentas e sessenta e um milhões, seiscentas e oitenta e duas milbois, trezentas e sessenta e seis milhares, quatrocentas mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem direito de voto, em nome da NEP, para serem integralizadas mediante conferência, e a capital social da Companhia, do saldo dos créditos detidos pela NEP.

NºP contra a Companhia, valor de R\$ 3.616.822.664,00 (três bilhões, seiscentos e dezesseis milhões, oitocentos e vinte e três mil reais), seiscientos e sessenta e quatro reais), tudo de acordo com o boletim de subscrição que integra esta ata como **Anexo II**, (c) mediante consentimento dos atuais acionistas da Companhia para aprovar a presente alteração estatutária em favor do aumento de capital social da Companhia decorrente resultante do aumento de capital ora aprovado, a NSP Investimentos S.A. - Em Recuperação Judicial ("NSP Investimentos"), ora ingressante na Companhia, subscreve 2.922.977.693,00 (duas trilhões, trezentas e vinte e duas bilhões, novecentas e setenta e sete milhões, seicentas e noventa e três mil) no montante de R\$ 1.657.186.277,00 (um milhão, seiscentos e cinquenta e sete milhões, cento e oitenta e seis milhares, duzentos e setenta e sete reais), assim distribuídas entre os demais acionistas pelo preço de venda de R\$ 0,00001 (um centésimo de milésimo de real cada uma, as quais integram mediante conferência, ao capital social da Companhia, do saldo dos créditos delimitados pela NSP contra a Companhia, no valor de R\$ 13.671.862,77 (treze milhões, seiscentos e setenta e um mil, oitocentos e sessenta e dois reais e setenta e sete centavos), tudo de acordo com o boletim de subscrição que integra esta ata como **Anexo III**; (d) mediante aprovação preferencial por unanimidade dos atuais acionistas presentes ou representados nos autos desta Assembleia Geral Ordinária de preferência de subscrição das novas ações resultantes do aumento de capital ora aprovado, a Advonor Serviços e Participações S.A. - Em Recuperação Judicial ("NSP"), ora ingressante na Companhia, subscreve 1.367.186.277,00 (um milhão, trezentas e sessenta e sete milhões, cento e oitenta e seis milhares, duzentos e setenta e sete reais), assim distribuídos entre os demais acionistas pelo preço de venda de R\$ 0,00001 (um centésimo de milésimo de real cada uma, as quais integram mediante conferência, ao capital social da Companhia, do saldo dos créditos delimitados pela NSP contra a Companhia, no valor de R\$ 13.671.862,77 (treze milhões, seiscentos e setenta e um mil, oitocentos e sessenta e dois reais e setenta e sete centavos), tudo de acordo com o boletim de subscrição que integra esta ata como **Anexo IV**. A presente alteração estatutária encontra-se registrada no Livro Registro de Alterações Estatutárias nº 01-406/2002 (**"Código Civil"**)), de que, uma vez aprovada e publicada em jornal de grande circulação a redução de capital social da Companhia na forma do item (II) da Ordem do Dia (a) não ocorre, no prazo previsto no artigo 174 da Lei das S.A., oposição de quaisquer credores da Companhia em relação à referida redução de capital social, ou (b) havendo oposição de quaisquer credores da Companhia à referida redução de capital social, este é considerado improcedente; (iii) tendo sido devidamente inscrita no registro público competente, deferido prazo, desde que tal pagamento esteja autorizado pelo Plano de Recuperação Judicial, (ii) a redução do capital social da Companhia no montante de R\$ 2.345.674.553,28 (dois bilhões, trezentos e quarenta e cinco milhões, seiscientos e setenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e três reais e vinte e oito centavos); (iv) sendo reduzido o capital social da Companhia para R\$ 1.365.705.291,96 (oito bilhões, trezentos e sessenta e cinco milhões, seiscientos e cinco mil, vinte e um reais e noventa e seis centavos) para R\$ 6.020.030.468,68 (seis bilhões, quinze milhões, trinta mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e sessenta e oito centavos), mediante o cancelamento de 234.567.455.328,00 (duzentas e trinta e quatro trilhões, quinhetas e sessenta e sete milhões, quatrocentas e sessenta e sete unidades decimais e sem valor nominal, de emissão da Companhia) e de titularidade das Ativos Agroindustrial Investimentos S.A. ("Ativos Inv."), concordando todos os demais acionistas com o cancelamento das ações pertencentes das Ativos Inv., visando a implementação do disposto no Plano de Recuperação Judicial. Em decorrência disso, os valores relativos às quotas das Ativos Inv. são atualizados para corresponderem aos seguintes percentuais de participação da Companhia: crédito no total Ativos Agroindustrial Investimentos S.A.: 10,0% e quota de 0,5% do ativo líquido.

RS 984.112.334,78 (noventa e oito mil, cento e quatro mil, cento e doze mil, trezentos e trinta e quatro reais e oito centavos), (ii) crédito contra NPI S.A. - Em Recuperação Judicial (NPI), no valor de R\$ 6.942.177,19 (seis milhões, novecentos e quarenta e dois mil, cento e setenta e sete reais e dezesseis centavos), (iii) crédito contra NPI S.A. - Em Recuperação Judicial (NPI), no valor de R\$ 1.354.620.041,31 (um bilhão, trezentos e cinquenta e quatro mil reais, seiscentos e vinte mil, quatrocenta e trinta e trinta e um centavos). A redução de capital social ora aprovada só será efetivada após transcurso do prazo legal de 60 (sessenta) dias para manifestação dos credores da Companhia, contados da publicação no Diário Oficial da União, e a redução de capital social somente será efetivada se, no prazo de 60 (sessenta) dias, o capital social foi aprovado sob **condição suspensiva**, na forma do artigo 121 do Código Civil, de que (a) todas as ações de emissão da Companhia de titularidade do acionista Agronegociação Fundo de Investimento em Participações Multistratêgia ("EIP Agronegociação") tenham sido efetivamente transferidas à Novonor e/ou à Agronegociação, e (b) a redução de capital social tenha sido efetivamente implementada, uma vez que seja verificada a forma unânime pelos acionistas, tenha sido efetivamente implementada, uma vez que seja verificada a

condição suspensiva a que está sujeito; e (c) aprovada e publicada em jornal de grande circulação a redução de capital social da Atvos Bioenergia S.A. ("Atvos Bio"), no valor de R\$ 6.124.627,02 (seis milhões, cento e vinte e quatro mil e vinte e sete reais e dois centavos), para o valor de R\$ 1.980.000,00 (um milhão, novecentos e mil reais). O referido artigo 174 da Lei das S.A., oposição de quaisquer credores da Atvos Bio, ou de (cti) havendo oposição de quaisquer credores da Atvos Bio à referida redução de capital social, que a dívida de titularidade da Atvos Bio perante tais credores seja adimplida até o término de referido prazo. Em razão do aumento e da redução de capital social ora aprovados, e uma vez que seja verificada a condição suspensiva a que estão sujeitos os artigos 174 e 175 da Lei das S.A., a redução de capital social da Atvos Bio será realizada nos termos do **Artigo 4º**. O capital social, totalmente subscrito e integralizado em bens e moeda corrente nacional, é de R\$ 6.020.030.468,68 (seis bilhões, vinte milhões, trinta mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e sessenta e oito centavos), dividido em 602.003.464.868.000 (seiscientos e duas trilhões, três bilhões, quarenta e seis milhões, oitocentos e sessenta e oito mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e a propriedade delas pertence aos seguintes titulares: **Artigo 5º**, inciso I, alínea "a". Os demais acionistas (titulares de ações ordinárias e preferenciais nominativas") (iii) autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações ora aprovadas. **Encerramento e Lavratura da Ata:** nada mais havendo a ser tratado, foi proferida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foi suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada e rubricada pelos membros da Comissão Especial de Reestruturação e Redução de Capital Social. Os Acionistas presentes: Atvos Agroindustrial Investimentos S.A. e Agroenergia Fundo de Investimento em Participações Multissetorial; Demais presentes: CNO S.A., Novonor Energia Participações S.A. - Em Recuperação Judicial, NSP Investimentos S.A. - Em Recuperação Judicial e Novonor Serviços e Participações Ltda. - Em Recuperação Judicial. Cuius acta, testis fuit, Sr. Rodrigo de Oliveira Rodrigues, Secretário Administrativo, datado em 22 de maio de 2023. Mesa: Giovanni Augusto Faria, Presidente, Fabiana Uratani, Vice-Presidente, Secretária. Attestato: Ativos Agroindustrial Investimentos S.A. - Mauricio Bezerra, Bruno Godoy, Agroenergia Fundo de Investimento em Participações Multissetorial - Rodrigo Cavalcante.

**Atvos Agroindustrial Participações S.A.**

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de abril de 2023**  
**Data, Horário e Local:** 18 de abril de 2023, às 14 horas, de forma virtual, por meio de sistema eletrônico de participa-

ção Ativos - Plataforma Iteams, aplicativo que permite a correta identificação dos participantes, conforme organizado pela Ativos Bioenergia S.A. ("Companhia"). **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), face à presença de acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinatura aposta no Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Giovanni Pedrosa Foral

Presidente, Sr. Antônio Rodrigues e Secretária. **Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (I) a redução capital social da Companhia, por julga-se excessivo, em relação ao seu objeto social, conforme previsto no artigo 173, parágrafo 1º da Lei das S.A., no montante de R\$ 6.124.627,02 (seis milhões, cento e vinte e quatro mil, seiscentos e vinte e sete reais e dois centavos), passando o capital social da Companhia de R\$ 14.914.339.592,74 (quatorze bilhões, novecentos e quatorze milhões, trezentos e trinta e nove mil, quinhentos e noventa e dois reais e dois centavos) para R\$ 8.789.761.965,72 (oito bilhões, setecentos e noventa e nove milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, novecentos e sessenta e cinco reais e dois centavos), em consequência da alteração do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia; e (II) caso aprovada a redução constante da Ordem do Dia, a autorização para que a Administração da Companhia realize todos os atos necessários à implementação de tal deliberação. **Leitura de Documentos e Lavatura de Ata:** (I) dispensada a leitura dos documentos relacionados a Ordem do Dia desta Assembleia Geral Ordinária, tendo em vista a aprovação da redução do capital social da Companhia, com omissões das assinaturas da totalidade dos acionistas, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do Artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações. **Deliberações Tomadas por Unanimidade:** Colocados as matérias da Ordem do Dia em discussão e posterior votação, foram aprovadas, por unanimidade, sem quaisquer ressalvas ou restrições, em cumprimento das determinações do Plano de Recuperação Financeira da Companhia, as seguintes deliberações: **Artigo 1º** (I) aprova a redução do capital social da Companhia, por julga-se excessivo em relação ao seu objeto social, conforme previsto no artigo 173, parágrafo 1º da Lei das S.A., no montante de R\$ 6.124.627,02 (seis milhões, cento e vinte e quatro mil, seiscentos e vinte e sete reais e dois centavos), passando o capital social da Companhia de R\$ 14.914.339.592,74 (quatorze bilhões, novecentos e quatorze milhões, trezentos e trinta e nove mil, quinhentos e noventa e dois reais e dois centavos) para R\$ 8.789.761.965,72 (oito bilhões, setecentos e noventa e nove milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, novecentos e sessenta e cinco reais e dois centavos), em consequência da alteração do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia. Em decorrência da redução do capital social da Companhia, serão restituídos à única acionista os créditos de titularidade da Companhia contra Avtos Agroindustrial Investimentos S.A. ("Avtos Inv."), no valor total da redução de capital social da Companhia. A redução de capital social ora aprovada só será efetivada após transcurso do prazo legal para a redução do capital social da Companhia, conforme previsto no artigo 174 da Lei das S.A. Adicionalmente, a redução de capital social foi aprovada sob **condição suspensiva**, na forma do artigo 121 da Lei 14.068/2002, de que: (I) aprovada e publicada em jornal de grande circulação a redução de capital social da Agro Energia Santa Luzia S.A. - (Em Recuperação Judicial ("UEL"), no valor de R\$ 5.596.046,00 (cinco milhões, quinhentos e noventa e seis mil e quatrocentos e sessenta e seis reais e quatro centavos), não ocorrendo a redução do capital social da Companhia, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da publicação da redução; e (II) havendo oposição de quaisquer credores da UEL à redução de capital social, que a dívida de titularidade da UEL perante tais credores seja adimplida até o término de referido prazo; e (II) aprovada e publicada em jornal de grande circulação a redução de capital social da Usina Eldorado S.A. - Em Recuperação Judicial ("UEL"), no valor de R\$ 300 (trezentos reais), não ocorra, no prazo previsto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, oposição de quaisquer credores da UEL à redução de capital social da Companhia, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da publicação da redução; e (II) havendo oposição de quaisquer credores da UEL perante tais credores seja adimplida até o término de referido prazo. Em consequência da redução de capital social ora aprovada, e uma vez que seja verificada a condição suspensiva a que esta sujeita, o artigo 4º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte nova redação: **Artigo 4º.** O capital social da Companhia é constituído de 14.914.339.592,74 (quatorze bilhões, novecentos e quatorze milhões, trezentos e trinta e nove mil, quinhentos e noventa e dois reais e dois centavos), dividido em 1.460.760.399.327,41 (um quatrilhão, quatrocentos e sessenta bilhões, trezentos e sessenta bilhões, trezentos e noventa e nove milhões, trezentos e vinte e sete mil, quatrocentos e dez) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal" (II) autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações ora aprovadas. **Encerramento e Encargos:** Encerrada a Assembleia Geral Ordinária, não havendo mais assuntos a serem tratados, não havendo ninguém se manifestou, foi suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavatura desta ata, que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **Assinaturas:** Mesa: Giovanni Pedrosa Forace - Presidente, e Fabiana Ultrap Rodrigues - Secretária; Acionista presente: Avtos Bioenergia S.A. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no Livro próprio. **Resolução:** 19, de 04 de abril de 2023. **Mesa:** Giovanni Pedrosa Forace, Fabiana Ultrap Rodrigues. **Acionista:** Avtos Bioenergia S.A.

energia G.A. Giovanni F. Caracciolo, Ediz. Gustavo F. Caracciolo.

**Projeto Alfa-Aliança de Laboratórios de Fertilização Assistida S.A.**  
NIRE 35.300.315.413 - CNPJ/MF 06.104.430/0001-30  
**Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária**  
Ficam convocados os senhores acionistas do Projeto Alfa - Aliança de Laboratórios de Fertilização Assistida S.A. para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 14 de maio de 2013, às 14h00min, no endereço: Rua...

A Assisida S.A. ("Companhia") para participar da Assembleia Geral Ordinária da Companhia que será realizada exclusivamente de modo digital por meio da plataforma digital Zoom ("Assembleia"), em primeira convocação, no dia 27 de abril de 2023, às 12h30m, para deliberar sobre a aprovação do balanço consolidado e o relatório gerencial da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do relatório da administração; (II) apreciação da proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e distribuição de dividendos; e (III) fixação da remuneração dos administradores e membros do Conselho de Administração, cujos nomes foram divulgados na página 68 do documento "Relatório Gerencial 2022" disponível no site eletrônico da Companhia. Os acionistas deverão credenciar-se previamente com 48 horas de antecedência à data de realização da Assembleia, enviando e-mail para jefferson@projetoalpha.com.br com a finalidade de (I) encaminhar os documentos pessoais ou de representação necessários para a identificação dos participantes e (II) receber as credenciais necessárias para acesso e instruções para sua identificação e uso da plataforma digital. Visando à segurança da Assembleia, o acesso à plataforma digital será restrito aos acionistas que se credenciarem previamente. Caso o acionista não receba o convite com as credenciais para participar em até 3 horas antes da realização da Assembleia, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores pelo telefone (11) 5645-0024 - ramal 1023 com, no mínimo, 1 hora de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia, para que seja concedido o acesso mediante o envio de novo convite individual. Para garantir o registro de presença dos acionistas e dos respectivos votos e declarações emitidos durante a Assembleia, a Assisida S.A. reserva-se o direito de utilizar tecnologia capaz de personalizar por eventuais problemas de conexão que os acionistas possam enfrentar, tampouco por qualquer outra situação que não esteja sob o controle da Companhia, devendo os acionistas se familiarizar com a plataforma digital e garantir uma conexão de internet adequada. Os acionistas poderão acessar a Plataforma Digital clicando no link disponível no e-mail enviado para cada um deles, nos termos do artigo 126, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76, enviando, além do documento de identificação e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, o instrumento de procuração devidamente assinado pela pessoa do titular da Ação. A Companhia recebe cópia dos dados cadastrais dos acionistas inscritos no Registro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), conforme disposto no artigo 13 do Regulamento da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). São Paulo, 19 de abril de 2023. Mauro Kitano Matsunaga - Presidente do Conselho de Administração.